

## *A luta em defesa da autonomia universitária*

# Como ficou a questão dos decretos de Serra

Logo em seus primeiros dias de governo, José Serra surpreendeu a comunidade universitária com uma série de decretos (51.460, 51.461, 51.471, 51.636, 51.660, dentre outros), que fragmentam ainda mais a área da educação (as universidades ficam na Secretaria de Ensino Superior, a educação básica na Secretaria da Educação e o Centro Paula Souza, com suas escolas técnicas e faculdade de tecnologia, na Secretaria de Desenvolvimento), atacam frontalmente a autonomia das universidades (gastos e demais decisões, como a contratação de pessoal, ficam sob o crivo direto do governo) etc.

A reação aos decretos acabou sendo um dos principais elementos da mobilização deste ano. A forte reação da comunidade acadêmica, inclusive, levou o governador a recuar parcialmente.

No dia 30 de maio, véspera de uma grande passeata realizada por estudantes, professores e servidores em São Paulo, o Diário Oficial trouxe a publicação, a pedido do governo Serra, do "Decreto Declaratório nº 1". Nele, o governo reescreve parte dos decretos anteriormente divulgados e reafirma o seguinte:

- Manutenção da verba em contas específicas de cada universidade, na Nossa Caixa, mas com a publicação diária no SIAFEM, como previsto no decreto 51.636 (ressalte-se que o Fórum não vê problemas na publicação diária, pois isso reafirma a transparência);

- Possibilidade de remanejamento de verbas como ocorria anteriormente;

- Afirma que não se aplicam às universidades os decretos 51.471, 51.473 e 51.660, que vedam a contratação de pessoal e contingenciam verbas. Diz que não se aplica às universidades a comissão de política salarial, reafirmando a negociação salarial entre o Fórum e o Cruesp;

- Modifica a redação de alguns pontos do decreto 51.461 (que cria a Secretaria do Ensino Superior), retirando a expressão "pesquisa operacional" e reafirmando a ampliação de atividades de ensino, pesquisa e extensão;

- Mantém a idéia de "formas alternativas de formação em nível superior", porém, garantindo a deliberação interna na universidade;

- Retira os artigos 20 e 24 do decreto 51.461, que apontavam a ingerência da Secretaria de Ensino Superior nas universidades.



Embora considere tais medidas um recuo do governo, produto direto e incontestável do movimento de greve dos três segmentos, o Fórum das Seis ainda vê problemas nos decretos. A manutenção dos decretos 51.460 e 51.461, por exemplo, significa a intenção política do governo de fragmentar os diferentes níveis de ensino, ferindo a autonomia universitária ao deixar em diferentes secretarias as três universidades, o Centro Paula Souza e a educação básica.

Por outro lado, fica mantida a Secretaria de Ensino Superior (ainda que sejam retirados os artigos 20 e 24), deixando em aberto qual será a sua relação política, educacional e administrativa com as universidades. Portanto, permanece a reivindicação de revogação integral dos decretos!

### LDO 2008

## **Proposta de Serra à Alesp mantém os 9,57%. Comunidade acadêmica luta por mais recursos**

*Projeto enviado à Assembléia Legislativa de São Paulo ignora toda a ampliação de vagas realizada no governo Alckmin. Fórum das Seis já apresentou emenda que pede 11,6% do ICMS*

No projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008, enviado pelo governo Serra à Assembléia Legislativa, é mantido o que foi destinado em 2007 e nos anos anteriores às universidades estaduais: 9,57% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A novidade foi a exclusão da expres-

são "no mínimo 9,57%", o que significa que não haverá um centavo a mais do que o proposto. Não está prevista sequer a possibilidade de verba extra-cota para a expansão, o que tende a agravar a situação nestas instituições, especialmente na Unesp, onde foi maior o aumento de cursos e vagas, inclusive com a criação de sete novos campi.

O projeto de Serra prevê, ainda, uma perda de cerca de 7,8% da arrecadação geral do estado (quase o orçamento anual das universidades), a título de isenção de impostos. Também abre espaço para a regulamentação para os serviços terceirizados, o que aponta a uma maior precarização das relações de trabalho no serviço público. Além disso, legaliza o pagamento dos aposentados com recursos da educação ativa etc.

### **Emendas**

O Fórum das Seis já encaminhou um conjunto de emendas ao projeto de Serra, prevendo o repasse de 33% do total de receitas do Estado para o conjunto da educação, aí incluídos 11,6% do ICMS às universidades e dotação de 2,1% do ICMS ao Centro Paula Souza.

A luta na LDO, assim como vem acontecendo nos últimos anos, é parte da nossa agenda também agora. Somente o poder da mobilização e ação organizada da comunidade acadêmica (professores, funcionários e estudantes) das três universidades paulistas, em articulação com o funcionalismo público, poderá impor um freio a Serra. Trata-se de um governo que, amparado na vitória obtida ainda em primeiro turno, procura impor sua política de corte nos serviços essenciais (saúde, educação), aperto sobre os servidores (arrocho salarial, prejuízos com a SPPrev) e favorecimento dos grandes grupos econômicos (através de isenções de impostos, cumplicidade com a sonegação, abertura de "mercado" aos bancos com a reforma previdenciária etc).

### Última hora

## **Magistrado diz que Secretaria de Ensino Superior é ilegal, mas nega liminar**

*O desembargador Palma Bissom, do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo), negou pedido de liminar da bancada do PSOL na Assembléia Legislativa de São Paulo contra os Decretos 51.460 e 51.460, de 2007, que criaram a Secretaria de Ensino Superior, a ela vinculando as universidades paulistas. Ao tomar a decisão, Bissom reconheceu a inconstitucionalidade dos decretos, lembrando que a secretaria só poderia ser criada por lei. Porém, ele entendeu que o Decreto Declaratório 1/07, expedido posteriormente pelo governo do Estado, esvaziou a real utilidade da secretaria e, por isso, deixou de existir a urgência da liminar.*